

# Povos indígenas e igualdade étnico-racial: horizontes políticos para escolas

JANE FELIPE BELTRÃO

## FIQUE ATENTO!

O asterisco (\*) remete à importância dos conceitos elementares quando se combate o racismo, pois devem ser utilizados de forma correta quando da argumentação sobre direitos indígenas. Procure ler e discutir bibliografia especializada.

No Brasil, a **igualdade étnico-racial\*** tornar-se-á realidade quando o intercâmbio de experiências de vida entre os diversos grupos sociais que compõem o mosaico multicultural forem reconhecidas e as semelhanças e diferenças promoverem o fortalecimento dos diferentes tendo por moldura **igualdade cidadã\***.

Para alcançar a igualdade cidadã, nós os brasileiros, devemos promover na escola e fora dela uma educação antirracista que abandone as orientações coloniais que sustentam as ideias de suposta igualdade e mascaram o racismo que discrimina e massacra os povos indígenas,\* os quilombolas, os ribeirinhos e outros grupos étnica, racial e socialmente diferenciados.

Para perseguir os objetivos de combater sem trégua o **racismo\***, aqueles que se voltam à educação devem estar na escola e fora dos bancos escolares realizando investigações e comunicação que contribuam para a disseminação das ideias de igualdade cidadã pelo fato de produzirem novas interrogações, reflexões e motivações para promover a igualdade na diferença, ou seja, produzir a cidadania sem que os povos indígenas, os quilombolas e os demais grupos deixem de ser quem são. Na verdade, o desafio é instituir efetivamente a **etnicidadania\***, como quer Marcelo Beckhausen (s/d) ou a **dúpla cidadania\*** como quer Gersem Luciano (2004).

Na tentativa de vencer o desafio de desenvolver uma proposta antirracista, na escola e fora dela, narra-se os resultados de um evento que se preocupa com a cidadania dos povos indígenas para aos poucos e por inflexões chegar, junto com o leitor, a cada escola, onde educadores e educandos estejam dispostos a combater o racismo ampliando assim a inserção extramuros da escola.

## RESPONSABILIDADES, MUDANÇAS, REIVINDICAÇÕES E SOLUÇÕES ÉTNICAS

Em junho de 2003, em Vila de Leyra/Bogotá na Colômbia aconteceu o *Primeiro encontro de mulheres indígenas da Amazônia Colombiana* que congregou 27 indígenas pertencentes a diversas **etnias\***, falantes de 13 idiomas diferentes e de idades variadas. O evento trouxe resultados interessantes e, mesmo passados dez anos, a situação enfrentada pelas indígenas mulheres parece não ter sofrido alteração e coincide com o que vivenciam os povos indígenas no Brasil.

As participantes do evento desenvolveram seus trabalhos de maneira simples, usando da informalidade, mas orientadas pela experiência de cada indígena que conduziu à reflexão sobre as suas condições de vida, aí incluídas as questões referentes: (1) à responsabilidade social como membro de coletivo indígena, na aldeia ou na cidade; (2) ao trabalho como produtora de alimentos e de artefatos; e, também, (3) à gestão de organizações comunitárias.

O programa do encontro usou de metodologia que compreendeu cartografia social utilizada em reuniões de trabalho que permitiram a reflexão, a qual foi necessariamente acompanhada por visitas a lugares diversos, onde as mulheres interagiram com outras mulheres, além de observarem as similitudes e diferenças entre os afazeres realizados em feiras e organizações comunitárias. Algumas questões serviram de eixo ao trabalho de reflexão: (1) a **multiculturalidade\*** na Amazônia, “somos iguais mas diferentes, por quê?”; (2) a História do contato e seus impactos sobre os povos indígenas; (3) identificação de culturas e modos de vida; (4) o ser mulher sendo indígena; e (5) atividades produtivas e meio ambiente. Cada eixo de reflexão requeria trabalho de discussão e visita a lugares onde os problemas suscitados poderiam ser vistos e observados pelas indígenas, além de permitir conversas com agentes sociais diferenciados.

Ao discutir a **responsabilidade social das indígenas mulheres** as participantes ofereceram alguns testemunhos extremamente importantes. Alguns foram selecionados.

Ser indígena é manter nossa cultura tradicional, poder transmitir o conhecimento a nossos filhos, ensinar a língua, manter a casa e os elementos da maloca e realizar os trabalhos diários, especialmente da roça.

### INFLEXÃO 1

Para pensar em ações que combatam o racismo, curve-se sobre as seguintes perguntas: qual a semelhança/diferença de responsabilidade entre uma colombiana mulher e uma indígena colombiana mulher? Prossiga e imagine, entre uma indígena mulher e uma mulher não-indígena a semelhança/diferença acontece? A mudança de contexto Colômbia/Brasil aponta para semelhança/diferença? Atenção! Não pense semelhança/diferença como oposição, reflita sobre a importância da complementariedade produzida pela diversidade cultural.\*

Nós temos valor como mulheres indígenas. Podemos reivindicar direitos de nossas comunidades, porque somos indígenas.

O trabalho mais importante das mulheres é a produção de alimentos, pois somos responsáveis pela alimentação de todos.

A mulher é educadora, é a primeira mestra, é a que transmite oralmente a cultura aos filhos e aos netos. Ela é encarregada de ensinar a língua, as leis indígenas, os cantos, os rituais, as cerimônias, a elaboração do artesanato e é encarregada de cultivar.

As mulheres indígenas que vivem na cidade possuem novas responsabilidades, porque devem cuidar dos filhos e dos vícios que lhe são apresentados.

As indígenas mulheres da Amazônia colombiana possuem responsabilidades sociais de grande monta, pois têm como encargo a reprodução física e social do coletivo indígena.

**QUADRO 1 | MUDANÇAS APROVADAS E NÃO-APROVADAS PELAS INDÍGENAS NA COLÔMBIA**

MUDANÇAS “APROVADAS”	MUDANÇAS “NÃO-APROVADAS”
Agora se sabe como defender nosso território e nossa cultura frente aos “brancos”, sabemos exigir respeito.	Temos muita dor pelo que se perdeu da cultura e por não seguir os conselhos dos avós e dos anciões.
Em nossos territórios há união, se compartilham ideias e temos constituído associações para defender e proteger o território.	Utilização da cultura indígena pelos “brancos” em benefício próprio.
Agora há para os indígenas igualdade de direitos, territórios demarcados e protegidos por lei.	Não aceitamos que a educação dos “brancos” produzam a perda de nossa cultura, pois a educação escolar nos impedem de dançar e fazer coisas da vida tradicional.
Há mudanças, mas ainda preservamos em nossas comunidades médicos tradicionais e conhecimentos sagrados.	Dói saber que nossa gente esteja metida com álcool, droga e prostituição. Isto produz violência dentro das famílias e o mau uso do dinheiro.



Voltando ao evento, as indígenas na Colômbia, exercitaram a compreensão das mudanças\* ocorridas no mundo indígena, indicando o que gostam ou não nas situações enfrentadas àquela altura. Essas ideias são apresentadas no quadro 1, na página à esquerda.

As indígenas indicam como positivo as mudanças que asseguram direitos étnicos e não violam os conhecimentos tradicionais. Mas, a partir de suas experiências refletem sobre as mudanças que possuem repercussão sobre os modos de vida indígena, impedindo-as de viver conforme suas normas, além de trazer mazelas com as quais os povos indígenas não conseguem conviver.

As indígenas reunidas no evento não restringiram suas observações ao cotidiano, dedicaram-se a traçar planos\* para o futuro. Afinal ninguém vive sem objetivos, sem visão do amanhã.

Entre as proposições para o amanhã (de futuro) feitas pelas indígenas mulheres na Colômbia, selecionamos algumas:

- Ensinar a cultura às crianças desde a mais tenra idade para que na escola aprendam coisas novas, mas não esqueçam como se canta, dança, narra histórias, corta mandioca entre outras práticas. É preciso entender as duas culturas: a branca e a indígena, para saber utilizar as duas.
- Manter os ensinamentos das atividades tradicionais, como produzir artesanato, pescar e outras que fortaleçam a cultura.
- Promover a aprendizagem da língua materna e paterna às crianças, apoiando a educação bilíngue.
- Fortalecer a organização do território como base fundamental para gerir a economia e manter os costumes e a cultura.
- Não “vender” o território, conservá-lo usando-o bem, porque é ele que fornece alimentos para nossas crianças.
- Aprender castelhano [se fosse no Brasil seria português] e o pensamento dos “brancos” para poder defender-se. Assim se demonstra ao “branco” o que vale o povo indígena.
- Promover a existência de pequenas empresas na comunidade para que os jovens não sejam obrigados a trabalhar fora.
- Apoiar os jovens que querem realizar cursos de educação superior para que em breve voltem e trabalhem na comunidade sem perder a identidade cultural.

Para as indígenas na Colômbia o mais importante é permanecer indígena, sem deixar de aprender com os “brancos”, pois são obrigados pelo contato a conviver entre dois mundos, um dos quais lhe é hostil, como se viu nos fragmentos de fala anteriormente citados para falar de responsabilidade social em face das mudanças e da expectativa de futuro.

No Brasil, as dificuldades e as ações indicativas de reação dos povos indígenas não são muito diferentes do que se observou pela voz de indígenas na Colômbia. Os movimentos indígenas\* representados por diversas organizações e lideranças se reúnem em assembleias e eventos, além de se empenharem em publicações que objetivam comunicar suas decisões e produzirem material de uso político na luta que continua diuturna. Entretanto, mesmo sem comunicar por escrito suas decisões, os povos indígenas mantêm ativos seus conselhos de anciões, os quais indicam os caminhos a serem percorridos. E não precisam da escrita, pois possuem um método infalível, discursar, conversar e, sobretudo, reiterar as tradições oralmente. As narrativas, muitas vezes longa, são repetidas aos jovens que assim guardam na memória e vão se habilitando ao exercício de “ser indígena” pertencente a este ou aquele povo.

Os *Ashaninka*,\* conhecidos na literatura como *Kampa*,\* tiveram a terra demarcada em 1992, após um processo de identificação iniciado em 1985. Sobre o processo diz Francisco *Pyanko*:

até então, nós vivíamos na terra dos outros e por isso procurávamos ficar sempre em lugar mais tranquilo. A gente foi identificando as áreas onde não havia seringa [borracha], pois eram ocupadas pelos brancos, onde eles faziam suas colocações [locais de coleta do látex da borracha] é que nós fomos ocupando [retomando]. A partir de 1985, quando iniciamos a conquista de nossa terra, começamos a estabelecer uma relação com o governo brasileiro, através da Funai [Fundação Nacional do Índio] para discutir a criação de um território para o povo Ashaninka. Naquele momento, para nós foi muito difícil entender, a gente pensava: “será que é verdadeiro isso?”; “será que não estão criando mais problemas para nós?”. Mas através de relatos passamos a entender que outras terras também foram conseguidas por outros índios, e que estava havendo uma mobilização em

## INFLEXÃO 2

Para avaliar a importância do que dizem as indígenas, reflita sobre o assunto. É possível viver sem observar as normas que se cria para viver? Sem acesso à terra é possível produzir alimentos? Proibidas de falar a língua e exercitar suas práticas, é possível viver? Pense em uma pessoa nascida e criada próximo ao rio, ela vive sem pescar? Uma pessoa religiosa pode viver sem ir à Igreja? Uma pessoa que é alérgica a lactose (produtos derivados do leite ou que contenham leite) pode viver comendo queijo? Sem acesso a produtos sem lactose?

nível nacional para a identificação das terras indígenas no Brasil. Havia vários povos na mesma luta e nós fomos incorporando aos poucos a ideia de ter uma terra só pra nós (APIWTXA/AMAAIAC/CPI-AC, 2007: 7).

É preciso analisar o depoimento de *Pyanko* e refletir que antes do contato com os “brancos” as fronteiras não tinham fim, mas eram respeitadas pelos demais povos indígenas. Após o contato vieram os problemas e eram tantos que só aos poucos os *Ashaninka* acreditaram nos propósitos do governo brasileiro.

Prossegue *Pyanko*,

temos que pensar num desenvolvimento que respeite a todos. Hoje, eu acho que talvez a gente tenha conseguido chegar ao nível mais alto, possível, em termos de conforto, de tranquilidade, de liberdade, de autonomia. Agora, o nosso trabalho é manter isso. [...] Quando eu falo da gente ter alcançado esse nível mais alto, estou falando da consciência de se ter um território, de saber da importância dele, dos rios com águas limpas, com peixes. Com as florestas, com espécies da fauna e flora sendo cuidadas – falo dessa consciência que a comunidade tem sobre o presente e o futuro (APIWTXA/AMAAIAC/CPI-AC, 2007: 10).

Segundo *Pyanko*, “ter consciência” dos problemas é enfrentar o presente e o futuro. É lutar em meio aos “brancos” e os *Ashaninka* são incansáveis. Não foi sem proposta política que ocuparam a Secretaria de Educação no Acre e formularam um *Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Kampa [Ashaninka] do Rio Amônia* para seu povo e com o seu povo.

Do **plano de gestão dos *Ashaninka*** retirou-se algumas observações válidas para qualquer comunidade na Amazônia, por exemplo:

**SEMENTES DE ARTESANATO:** plantar as sementes que são utilizadas para o artesanato próximo das casas de moradias. Não devemos derrubar as árvores para fazer a coleta de sementes, devemos fazer sempre um manejo sustentável. (APIWTXA/AMAAIAC/CPI-AC, 2007: 51).

### INFLEXÃO 3

Será que apenas os povos indígenas da Colômbia preocupam-se com o seu lugar no mundo e com as suas responsabilidades sociais? Você, os seus pais, os seus vizinhos, e muitas outras pessoas preocupam-se com o assunto? E os povos indígenas no Brasil? Será que os coletivos indígenas existentes no Brasil preocupam-se com estas questões? Pense sobre o assunto, enquanto apresentamos o caso brasileiro.

Para conhecer a versão completa do **plano e das propostas *Ashaninka***, consultar: APIWTXA/AMAAIAC/CPI-AC. *Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Kampa [Ashaninka] do Rio Amônia*. Rio Branco/Acre. Comissão Pró-Índio do Acre, 2007. É possível consultar, também, o espaço virtual da Associação para compreender melhor os *Ashianinka*: [\[apiwtxa.blogspot.com.br/\]](http://apiwtxa.blogspot.com.br/).

**CACHORRO CAÇADOR:** fica proibido o uso de cachorro (paulista, americano etc.) para caça de animais grandes (veado, porquinho, quexada, anta) em áreas mais distantes. O cachorro que não é de raça caçadora pode caçar os animais pequenos que atacam o roçado, como a paca, a capivara, a cotia etc. Cada família pode criar apenas dois cachorros. (APIWTXA/AMAAIAC/CPI-AC, 2007: 57)

#### INFLEXÃO 4

O que da experiência *Ashaninka* pode ser incorporado entre as “nossas” preocupações com as pessoas e o meio ambiente no Brasil ou na América Latina? Como usar a experiência das indígenas na Colômbia associada à experiência dos *Ashaninka*? É possível fazer um plano de gestão para sua escola? Para a sua comunidade? Para o seu bairro? Pense no tema! Imagine como fazer!

As observações contidas no plano demonstram que os *Ashaninka* aprenderam com os “brancos” o uso dos cachorros nas caçadas, mas descobriram também que há “tipos” diversos de cachorro e que cada tipo deve ser utilizado com parcimônia de acordo com o lugar e as interações que se mantém com o ambiente. Pode-se dizer que os *Ashaninka* tiram proveito do aprendizado com os “brancos”, com a mesma sabedoria que as indígenas na Colômbia, pois não desprezam o conhecimento originado pelo contato e adaptam o mesmo a seus usos.

Se você se interessou pelos *Ashaninka* saiba que eles pertencem a família linguística Aruak\* (ou Arawak) e vivem no Brasil e no Peru. Transitam pela fronteira internacional com desenvoltura, pois estavam nas terras antes da chegada dos invasores europeus (portugueses e espanhóis). São conhecidos como: *Ande*, *Anti*, *Chuncho*, *Pilcozone*, *Tamba*, *Campari*, mas na literatura antropológica e missionária são chamados *Campa* ou *Kampa*. *Ashaninka* é a autodenominação que traduzida significa: “meus parentes”, “minha gente”, ou ainda, “meu povo.” A história de luta dos *Ashaninka* “inicia” com o rechaço do Império Inca, passando pela economia extrativista da borracha do século XIX e a exploração madeireira, na década de 80, do século passado.

É um povo altivo que valoriza a sua cultura, afora ser movido por agudo senso de liberdade, disposto a ir às últimas consequências na defesa de seu território. É admirável, como se viu linhas atrás, a capacidade dos *Ashaninka* de conciliar costumes, valores e tradições com ideias e práticas do “mundo dos brancos”, especialmente quando o tema é sustentabilidade socioambiental.

## VIOLAÇÃO DE DIREITOS ÉTNICOS

A violação de direitos étnicos é, em parte, quando não totalmente, movida por atitudes racistas que são cultivadas de forma arraigada, desconsiderando a possibilidade de relativizar\*, de reconsiderar, mesmo conhecendo a importante contribuição dos povos indígenas a cada um de nós e ao Brasil. No dia a dia, os indígenas são considerados como sujeitos de seus destinos e o resultado é a discriminação, pois se acredita que eles nada têm a oferecer. Não se discrimina unicamente os povos indígenas, alguns outros coletivos também são alvos do racismo, caso dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos assentados entre tantos outros grupos.

Os povos indígenas, no entanto, são incansáveis na busca de direitos, na luta pela igualdade. Considerando a luta, é imperioso perguntar: será que não é tempo de conhecer os povos indígenas e de levar em conta a sua experiência? Para responder às interrogações, lembre-se que a igualdade deve ser o lema\* (a missão), especialmente em um país multicultural encravado em um continente também plural, onde a diversidade cultural, ou seja, as múltiplas formas de estar no mundo e de produzir cultura respondem presente.

Permanecendo no Brasil, há experiências de povos indígenas que se enfrontam nas políticas de educação, pois suas vivências e experiências precisam ser valorizadas para que as pessoas indígenas e suas culturas sejam respeitadas e afirmadas. O desafio, no campo da educação, é “construir” sociedades em que a leitura e a escrita possam ser instrumentos de promoção de direitos e justiça que resulte no fortalecimento cultural dos povos etnicamente diferenciados (Paraná 2012: 6; 2012a: 7).

Segundo Valdir José Kokój (*Kaingang\**) a importância da educação é crescente:

os estudantes estão se formando para ajudar as lideranças, para aprender junto. Antigamente eram usadas armas pesadas para nos destruir e agora são os papéis, os documentos. O índio para conseguir as coisas tem que ser com muita luta. As bolsas para os estudantes foi uma briga, nada vem de graça (Paraná 2012a: 20).

Conheça mais sobre os *Ashaninka* e demais povos indígenas. Consulte os sites do Laboratório de Pesquisa em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro para leituras acadêmicas produzidas por antropólogos e intelectuais indígenas [[www.laced.etc.br/site/](http://www.laced.etc.br/site/)]; e do Instituto Socioambiental (ISA) para informações sobre povos indígenas e notícias socioambientais: [[www.socioambiental.org/](http://www.socioambiental.org/)].

Valdir Kokój aponta a mudança da estratégia dos “brancos” em relação aos indígenas e constata que como a “guerra” é de papel a educação escolar indígena é urgente, inclusive em nível superior.

Kokój pertence ao povo *Kaingang* que habita as terras do atual sul do Brasil, nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, espalhado em áreas rurais e urbanas em cerca de 30 terras que representam uma ínfima porção dos antigos territórios. Em 2009, se constituíam em 33.064 pessoas. Como os *Ashaninka* e outros povos indígenas, chegar ao século XXI, exigiu força e determinação dos *Kaingang* desde o final do século XVIII, passando ao século XIX quando os primeiros chefes políticos tradicionais “concordaram” em “aliar-se” aos conquistadores brancos, tornando-se “capitães”. Capitães esses que aliciados pelos “brancos” foram fundamentais no cerco, dito de paz (Souza Lima, 1995), que resultou na pacificação de dezenas de grupos resistentes aos invasores que terminaram vencidos “pacificados”\* e dizimados entre 1840 e 1930. Os desdobramentos da trágica história foram: (1) o processo de expropriação de terras; (2) o acirramento dos conflitos entre índios e brancos; (3) os conflitos intragrupos *kaingang*, uma vez que o faccionalismo\* que impera entre os grupos jê\* foi potencializado pelo contato.

Algumas questões continuam prementes na pauta dos movimentos indígenas no Brasil: terra, educação escolar e saúde, apesar de asseguradas pela Constituição de 1988 continuam pendentes e os indígenas no norte ou no sul do Brasil continuam vulneráveis à ausência de políticas públicas que garantam direitos legítimos.

Reunidos por ocasião da *Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento* durante a Rio-92, 118 povos indígenas, oriundos de todos os continentes, escreveram a *Carta da Terra*. O documento apresenta os problemas enfrentados pelos povos indígenas aqui e alhures, além de requerer providências referentes ao respeito dos direitos étnicos. Lendo cuidadosamente a *Carta*, observa-se que as reivindicações ainda são atuais e de lá pra cá se passaram 22 anos. Os ouvidos dos diversos estados nacionais, entre eles o Brasil, continuam mocos, sem escutar e respeitar os direitos indígenas.

Dizem as lideranças na *Carta*:

Nossos antepassados sempre nos ensinaram a sermos verdadeiros e corajosos, quando queremos vencer desafios e sermos respeitados. Por isso, quando a ONU decidiu realizar a RIO-92, vários indígenas componentes do Comitê Intertribal - 500 Anos de Resistência, responsável pela articulação no Brasil, idealizaram e decidiram concretizar a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Observem a coerência das reivindicações dos povos indígenas, por intermédio dos itens da *Carta*:

**25.** Os Povos Indígenas devem ter assegurado seus direitos e sua ciência, linguagem, cultura e educação, incluindo aspectos biculturais e bilíngues através do reconhecimento formal e informal com a participação da família e da aldeia assegurado.

**26.** O direito dos Povos indígenas à saúde deve incluir a sabedoria tradicional dos anciões e curandeiros indígenas. O reconhecimento à medicina tradicional e seu poder preventivo e espiritual devem ser reconhecidos e protegidos contra formas de exploração.

**29.** Recomendamos que os direitos da mulher indígena sejam respeitados. Elas devem ser respeitadas na sua região local e a nível nacional e internacional.

**30.** Os direitos históricos já mencionados dos direitos indígenas devem ser assegurados nas leis de cada país.

Apesar da diversidade cultural dos povos indígenas, os movimentos e organizações indígenas se mantêm atentos aos direitos e reivindicações. Tomando as referências expostas no texto, pode-se afirmar que: as indígenas mulheres da Colômbia; os *Ashaninka* da fronteira do Brasil com o Peru, no hoje estado do Acre; os *Kaingang* estabelecidos no sul do Brasil; e as lideranças mundiais presentes a Rio-92 reivindicam a uma só voz respeito aos direitos que estão assegurados por leis nacionais e internacionais.

## POSSIBILIDADES DE AÇÃO

Se eu fosse professora do ensino básico e/ou médio no Brasil me curvaria diante dos fatos apresentados e pensaria como usá-los. Talvez ficasse receosa, pois os depoimentos são contundentes e ficaria me perguntando o que fazer para que os estudantes, os pais, os vizinhos da escola, os moradores do bairro e outras pessoas conhecessem o assunto. Eu insistiria na questão, pois segundo o IBGE, na região norte, há 305.873 pessoas indígenas; e só no estado do Pará são 39.081 indígenas. No Brasil, os indígenas contabilizam, no mundo rural, 502.783 pessoas e em área urbana totalizam 315.180 moradores. Existem, segundo o Censo de 2010, 817.963 pessoas indígenas. Portanto, a importância dos grupos etnicamente diferenciados é crucial para a convivência cotidiana. É provável que cada um de nós conheça pessoas indígenas, e é possível vê-las nos bancos escolares, apesar das barreiras interpostas entre os povos indígenas e o acesso à educação escolar.

Como sou interessada no assunto e há algum tempo fui professora de escolas públicas e particulares na Amazônia, mais precisamente no estado do Pará, comecei a “matutar”, como dizia minha avó quando tentava armar uma estratégia de ação para que as netas acreditassem nas narrativas com as quais nos atraía nas noites em que a televisão ainda não era rainha. Ora, se as aulas costumeiras forem “aposentadas” é possível inovar e incluir o tema no dia a dia da escola. Vamos lá, a ordem é refazer os caminhos em sala de aula.

Primeiro, consiga trazer à escola pessoas que pensam e vivem experiências com povos indígenas, podem ser indígenas estudantes, antropólogos e educadores. Tome a iniciativa de realizar ao longo do semestre as atividades que indico a seguir. A ordem não é obrigatória, é apenas uma sugestão à qual você e os estudantes devem acrescentar itens e estratégias, afinal vocês conhecem melhor a escola e seu entorno. Entre as muitas possibilidades, é possível:

- Chamar pessoas indígenas para vir à escola.
- Preparar os estudantes estimulando-os a conhecer as palavras que, no texto, estão com **asterisco\***.
- Tentar elaborar um glossário dos termos elementares do texto, garanto que não será difícil, pois os estudantes sabem chegar aos *sites* na *web*.

- Não desprezar a contribuição dos estudantes, mesmo que ela contenha um viés que você identifique ou classifique como racista, use o fato para mostrar como o racismo está “embutido” em nós, a ponto de não nos darmos conta! É preciso, como dizem os jovens “desapegar”.
- Preparar os estudantes para perguntar o que desejam saber sobre os povos indígenas aos convidados, expressando sua curiosidade e o conhecimento adquirido na preparação do trabalho.
- Se organizar para que a pessoa convidada relate casos de racismo, assim todos aprendem a partir da vivência e podem identificar outros casos facilmente. É assim que se combate o racismo.
- Reunir os estudantes em volta do visitante ilustre e promover um debate quente que repercuta durante muito tempo na escola, que chegue aos ouvidos dos pais, dos vizinhos, despertando a curiosidade geral.

Para que o êxito aconteça, não esqueça que, no caso dos povos indígenas, as pessoas não acreditam que praticam o racismo, elas pensam que são engraçadas contando piadas nas quais os indígenas são apresentados de forma **estereotipada**<sup>4</sup>. Piadas são formas racistas de menosprezar os grupos etnicamente diferenciados. Uma forma de combater o racismo, para além dos debates, é reunir fotos e documentos sobre os povos indígenas e organizar uma pequena exposição sobre o tema. Incentive os estudantes a irem aos *sites* produzidos pelos próprios indígenas, assim eles se apercebem não apenas da diferença entre nós e eles, mais entre eles mesmos, o que facilita a compreensão e valorização da diversidade cultural.

Consolidadas as atividades na escola, os professores podem preparar os estudantes para participar de reuniões em locais nos quais existam pessoas dispostas a conversar ou a assistir peças teatrais, filmes, músicas que falem do combate ao racismo. Daí é fazer uma boa seleção de materiais de apoio e partir para ação no entorno da escola.

Combatendo o racismo, você, professor experiente, e seus estudantes podem construir um projeto de inclusão social que compreenda o respeito às diferenças. A comunidade escolar e do entorno da escola, por certo, terá os casos de “bullying” diminuídos, acolherá com respeito pessoas étnica e racialmente diferenciadas e pessoas com

deficiência. Ou seja, vocês promoverão uma melhor compreensão do “outro”, da diferença e assim prepararão cidadãos para o Brasil que se quer e precisa ser plural, para ser mais.

A inflexão obrigatória é: tentar, tentar e tentar! É dever de cidadania produzir um mundo sem exclusões e sem racismo.

**PARA AMPLIAR OS CONHECIMENTOS:**

[[indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2](http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2)]

[[www.culturabrasil.org/zip/cartadaterra.pdf](http://www.culturabrasil.org/zip/cartadaterra.pdf)]

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APIWTXA/AMAAIAC/CPI-AC. *Plano de gestão territorial e ambiental da terra indígena Kampa [Ashaninka] do Rio Amônia*. Rio Branco/Acre, Comissão Pró-Índio do Acre, 2007.
- BECKHAUSEN, Marcelo Veiga. As consequências do reconhecimento da diversidade. In SCHWINGEL, Lúcio Roberto (org.). *Povos indígenas e políticas públicas de assistência social no Rio Grande do Sul*: Subsídios para a construção de políticas públicas diferenciadas às Comunidades Kaingang e Guaraní. Porto Alegre, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social (STCAS) do Rio Grande do Sul, s/d.
- BELTRÃO, Jane Felipe; OLIVEIRA, Assis da Costa. Povos Indígenas e Cidadania: inscrições constitucionais como marcadores sociais da diferença na América Latina, *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), v. 53, 2010, pp. 716-744.
- CABALZAR, Aloisio (org.). *Manejo do Mundo: conhecimentos e práticas dos povos indígenas no Rio Negro, Noroeste Amazônico*. São Paulo/São Gabriel da Cachoeira/AM, Instituto socioambiental (ISA)/Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), 2010.
- FUNDACIÓN ETNOLLANDO. *Primer Encuentro de Mujeres Indígenas de la Amazonia Colombiana*. Bogotá/Colômbia, Programa COAMA, 2004.
- FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Cultura e identidade: comunicação para a igualdade étnico-racial – Guia de orientação para os municípios da Amazônia*. Selo UNICEF Município Aprovado Edição 2009-2012. Brasília, UNICEF, 2011.
- LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Vol. 1. Brasília: MEC/SECAD; LA-CED/Museu Nacional, 2006. Disponível em [www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/](http://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Ler, escrever e SER GUARANI no Paraná*. Curitiba, SEED-PR, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Ler, escrever e SER KAIKANG no Paraná*. Curitiba, SEED-PR, 2012a.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio-92. [www.culturabrasil.org/zip/cartadaterra.pdf](http://www.culturabrasil.org/zip/cartadaterra.pdf).
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos. *Um grande cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.